

SEQUÊNCIA 4

Contar a vida de todos e de cada um

1. Venho falar-vos de História e de Ficção, venho falar-vos, sobretudo, das ambíguas relações que vêm mantendo nos últimos tempos, uma com a outra, a Ficção e a História, ao ponto de já nos perguntarmos se não estará a haver na História demasiada Ficção e, por outro lado, equilibrando a dúvida, se haverá na Ficção suficiente História. Parecer-vos-á talvez isto um mero jogo de palavras, mas espero, se conseguir levar ao fim os meus raciocínios antes que se acabe a vossa paciência, vir a reunir umas quantas razões que defendam o tema e o absolvam das primeiras suspeitas.

Consideremos, em primeiro lugar, a História como Ficção. Trata-se de uma proposição aparentemente temerária, que poderia mesmo introduzir de modo sub-reptício a insinuação de que não há diferenças substanciais entre Ficção e História. Concluiríamos, neste caso, provavelmente fazendo nascer um novo caos, que tudo no mundo seria Ficção, que nós próprios não seríamos mais do que produtos sempre cambiantes de todas as ficções criadas e a criar, tanto as nossas como as alheias. Seríamos, simultaneamente, os autores e as personagens de uma Ficção Universal sem outra realidade que ter-se constituído como uma espécie de mundo paralelo. Embora reconheça existir no que acabo de dizer algo do espírito de paradoxo, tentarei pôr do meu lado alguns argumentos, acaso dignos de atenção.

Desde logo, de acordo com esta hipótese, a primeira tarefa do historiador seria seleccionar factos, trabalhando sobre aquilo que denominarei *tempo informe*, quer dizer, esse Passado a que apeteceria chamar puro e simples se isso não fosse uma contradição em termos. Recolhidos os dados considerados necessários, a segunda tarefa do historiador seria organizá-los de modo coerente, obedecendo ou não a objetivos prévios, mas, em qualquer caso, transmitindo sempre uma ideia de inelutável necessidade, como a expressão de um Destino. Não esqueçamos que tais seleções de factos se exercem, em regra, sobre consensos ideológicos e culturais concretos, o que faz da História, entre os diversos ramos do conhecimento, o menos capaz de surpreender.

É indiscutível que o historiador estará obrigado, sempre e em todos os casos, a escolher factos de factos. É igualmente óbvio que, ao proceder a essa escolha, ele terá de abandonar deliberadamente um número indeterminado de dados, algumas vezes em nome de razões de classe ou de Estado, ou de natureza política conjuntural, outras vezes acatando, conscientemente ou não, as imposições duma estratégia ideológica que necessite, para justificar-se, não *da* História, mas *de* uma História. Esse historiador, na realidade, não se limitará a *escrever* História. Ele *fará* História. O historiador, desde que consciente das consequências políticas e ideológicas do seu trabalho, tem de saber que o Tempo que assim esteve a *organizar* vai aparecer aos olhos do leitor como uma lição magistral, a mais *magistral* de todas as lições, já que o historiador surge ali como definidor de um certo mundo entre todos os mundos possíveis. Nesse outro ato de Criação, o historiador decidiu o que do Passado era importante e o que do Passado não merecia atenção.

Algumas vezes, no entanto, este poder autoritário parece não ser bastante para libertar-nos daquele *horror ao vazio* que, sendo uma das características dos povos primitivos, vem, afinal, a encontrar-se em não poucos espíritos cultivados. Um historiador como Max Gallo começou a escrever romances para equilibrar pela Ficção a insatisfação que lhe causava o que considerava uma impotência real para expressar na História o Passado inteiro. Foi buscar às possibilidades da Ficção, à imaginação, à elaboração sobre um tecido histórico definido, o que sentira faltar-lhe como historiador: a complementaridade duma realidade. Não estaria muito longe deste sentimento, suponho eu, o grande George Duby, quando, na primeira linha de um dos seus livros,

escreveu: *Imaginemos que...* Precisamente aquele imaginar que antes havia sido considerado pecado mortal pelos historiadores positivistas e seus continuadores de diferentes tendências.

Tenho ouvido que existe uma crise da História, tão grave que ameaça matá-la, ou a matou já... Se assim é – e eu não sou ninguém para ousar pronunciar-me sobre tão transcendente questão –, interrogo-me se tal crise não será causa direta, ainda que não única, do ressurgimento, em condições diferentes e com diferentes resultados estéticos, daquilo a que, a meu ver erradamente, continuamos a chamar “romance histórico”. E também se não se tratará, afinal, de expressão particular doutra crise mais ampla: a da representação, a crise da própria linguagem como representação da realidade.

Ora, se a crise existe (a da História, ou outra, geral, de que aquela seria apenas uma manifestação parcelar), se em tudo quanto nos rodeia é possível encontrar conexões com esta impressão de fim de tempo que andamos a sentir – então talvez se torne mais claro por que nos estamos voltando para o romance dito “histórico”, levados por uma ansiedade que decerto faria sorrir com algum desprezo intelectual, se fossem ainda deste mundo, os que, no século passado, fervorosamente acreditavam no Progresso. Olhar-nos-iam com piedade desdenhosa, perguntariam como foi possível que, das sólidas certezas que eles tinham, tivesse nascido esta insegurança que nós temos.

2. Sou autor de um livro que se chama *Viagem a Portugal*. Trata-se de uma narrativa de viagem, como tantas que se escreveram nos séculos XVII e XVIII, quando a Europa começou a viajar dentro da Europa, e os viajantes descreviam as suas experiências e aventuras, produzindo de caminho alguns documentos literários preciosos, inclusive para o estudo da história das mentalidades. Foi com um espírito afim que viajei por Portugal, foi igualmente com esse espírito que escrevi *Viagem a Portugal*.

O livro não é, portanto, um roteiro, um guia de viajantes, embora, necessariamente, contenha muito do que se espera encontrar nesse tipo de textos. Fala-se de Lisboa, do Porto, de Coimbra, das cidades do meu país, fala-se das aldeias, das paisagens, das artes, das pessoas. Agora imaginemos que o autor resolveu fazer nova viagem para, terminada ela, escrever outro livro, mas que, nesta segunda viagem, não visitará nenhum dos lugares por onde tinha passado na primeira. Quer dizer, nesta segunda viagem o autor não irá a Lisboa, não irá ao Porto, não irá a Coimbra, não irá a nenhum lugar onde já tivesse estado. Contudo, parece-lhe que, com toda a legitimidade, poderá tornar a dar a esse novo livro o título de *Viagem a Portugal*, uma vez que de Portugal continuaria a tratar-se... Levemos mais longe o jogo e imaginemos que o autor fará uma terceira, uma quarta, uma quinta, uma décima, uma centésima viagem, obedecendo sempre ao princípio de nunca ir onde foi antes, e que escreverá outros tantos livros em que, por fim, inevitavelmente, deixará de haver qualquer alusão a nomes de lugares habitados, nada a não ser a simples descrição de uma imagem aparentemente sem pontos de identificação com a entidade cultural e histórica a que damos o nome de Portugal. A pergunta derradeira será esta: pode o centésimo livro chamar-se ainda *Viagem a Portugal*? Respondo afirmativamente: podemos e devemos chamar-lhe *Viagem a Portugal*, mesmo que o leitor não conseguisse reconhecer nele, por mais atento que estivesse à leitura, o país que lhe fora prometido no título...

3. Este jogo, ainda que à primeira vista não pareça, tem muito que ver com a relação que mantemos com a História. A História, tal como foi escrita, ou – repetindo a provocação – tal como a fez o historiador, é o primeiro livro. Não esqueço, obviamente, que o mesmo historiador poderá fazer, ele próprio, outras viagens ao tempo por onde antes viajou, esse tempo que, graças à sua intervenção, foi deixando de ser *tempo informe*, foi passando a ser História, e que as novas percepções, os novos pontos de vista, as novas interpretações irão tornando cada vez mais densa e substancial a imagem histórica que do Passado nos vinha sendo dada. Mas é nas grandes zonas obscuras que sempre não de existir, mesmo no que supomos conhecido, que o romancista terá o seu campo de trabalho.

Creio bem que o que está subjacente a estas inquietações é a consciência da impossibilidade duma reconstituição plena do Passado. Não podendo reconstituí-lo, somos tentados – sou-o eu – a *corrigi-lo*. Quando digo corrigir o Passado não é no sentido de emendar os factos da História (não poderia ser essa a tarefa de um romancista), mas sim, se se me permite a expressão, *introduzir* nela pequenos cartuchos que façam explodir o que até aí parecera indiscutível: por outras palavras, substituir o *que foi* pelo que *poderia ter sido*. Argumentar-se-á certamente que se trata de um esforço inútil, uma vez que o que hoje somos não resultou do que *poderia ter sido*, mas do que efetivamente foi. No entanto, se a leitura histórica operada pelo romance for uma leitura crítica, essa operação poderá provocar uma instabilidade, uma vibração temporal, uma perturbação, causadas pelo confronto entre o que sucedeu e o que *poderia ter sucedido*, como se, saudavelmente, os factos começassem a duvidar de si próprios...

4. São duas as atitudes possíveis ao romancista que escolheu, exclusiva ou ocasionalmente, os caminhos da História: a primeira, discreta e respeitosa, consistirá em reproduzir, a par e passo, os factos históricos conhecidos, sendo a ficção, nesse caso, mera servidora duma fidelidade que se deseja a salvo de acusações de falta de rigor de qualquer tipo; a segunda, mais ousada, levará o autor a entretecer num tecido ficcional que se manterá predominante os dados históricos que lhe servirão de suporte. Num caso como no outro, porém, estes dois vastos mundos, o mundo das verdades históricas e o mundo das verdades ficcionais, aparentemente inconciliáveis, serão harmonizados pela instância narradora.

Reside aqui, a meu ver, a questão essencial. Conhecemos o narrador que procede de maneira imparcial, que vai dizendo o que acontece, conservando sempre a sua própria subjetividade fora dos conflitos de que é espectador e relator. Há, porém, um outro tipo de narrador muito mais complexo, um narrador a todo o tempo substituível, que o leitor reconhecerá ao longo da narrativa, mas que muitas vezes lhe dará a impressão estranha de ser outro. Este narrador instável poderá mesmo ser o instrumento ou o sopro de uma voz coletiva. Será igualmente uma voz singular que não se sabe donde vem e se recusa a dizer quem é, ou usa de arte bastante para levar o leitor a identificar-se com ele, a ser, de algum modo, ele. E pode, enfim, mas não explicitamente, ser a voz do próprio autor: é que este, fabricante de todos os narradores, não está reduzido a saber só o que as suas personagens sabem, ele sabe que sabe e quer que isso se saiba...

Graças a esta forma de conceber, não apenas o tempo histórico, mas o Tempo *tout court* – projetando-o, por assim dizer, em todas as direções –, autorizo-me a pensar que o meu trabalho no campo do romance tem sido capaz de produzir algo como uma oscilação contínua em que o leitor diretamente participa, graças a uma contínua provocação que consiste em negar-lhe, por processos que são sempre de raiz irónica, o que primeiro lhe havia sido dito, criando no seu espírito uma impressão de dispersão da matéria histórica na matéria ficcionada, o que não só não significa desorganização de uma e outra como aspira a ser uma reorganização de ambas.

5. Admito que a declaração inicial, de ser o historiador um selecionador de textos, pareça demasiado crua e chocante. Direi, então, em termos mais técnicos, citando um teórico da literatura, que “o historiador realiza uma rarefação do referencial, criando uma espécie de malha larga, perfeitamente tecida, mas que envolve espaços de obscurecimento ou de redução dos factos”. Ora, deste ponto de vista, parece-me bastante pertinente dizer que a História se nos apresenta como um parente próximo da Ficção, porquanto, ao “rarefazer o referencial”, procede a omissões voluntárias de que irão resultar modificações no panorama do período observado, com a forçosa consequência do estabelecimento de relações diferentes entre os factos “sobreviventes”. Aliás, é interessante verificar como certas escolas históricas recentes começaram a *sentir-se* inquietas quanto ao rigor efetivo duma História como a que vinha sendo feita. Lendo esses historiadores, temos a impressão de estar diante de romancistas dados a temas históricos, não porque escrevam História romanceada, mas porque refletem uma insatisfação tão profunda que, para aquietar-se, teve de

abrir-se à imaginação, uma imaginação que manterá como suporte essencial os factos da História, mas que abandonará a sua antiga exclusiva relação com eles, de sujeição resignada ao império em que se tinham constituído. Não faltará quem considere que, por esta via, a História se tornou menos *científica*. É uma questão em cuja discussão não me atreveria a participar. Como romancista, basta-me pensar que sempre será melhor ciência aquela que for capaz de me proporcionar uma compreensão dupla: a do Homem pelo Facto, a do Facto pelo Homem.

6. Quando olho o Passado, a minha mais forte impressão é a de estar perante um imenso *tempo perdido*. A História, e também a Ficção que busca na História o seu objeto, são, de alguma maneira, viagens através do tempo, percursos, definições de itinerários. Apesar de tanta História escrita, apesar de tanta Ficção sobre casos e pessoas do Passado, é esse tempo enigmático, a que chamei *perdido*, que continua a fascinar-me. Para dar só um exemplo, interessa-me, claro está, a batalha de Austerlitz, mas interessar-me-ia muito mais conhecer as pequenas histórias que vieram a ser consequência dessa História de formato grande, alcançar uma compreensão real das inúmeras e ínfimas histórias pessoais, desse tempo angustiosamente *perdido e informe*, o tempo que não retivemos, o tempo que não aprendemos a reter, a substância mental, espiritual e ideológica de que afinal somos feitos.

É fácil dizer – eu próprio cedi algumas vezes à comodidade de tão flagrante tautologia – que, sendo certo que nada existe fora da História, toda a Ficção é, e não pode deixar de ser, *histórica*. Mas não têm falta dos espíritos sarcásticos para insinuar que um romancista que trabalhe literariamente sobre a História procede assim por necessidade de evasão, por incapacidade de entender o Presente e de se adaptar a ele, do que resultaria ser o *romance histórico* o mais acabado exemplo de fuga à realidade... É uma acusação tão fácil quanto habitual. Pelo contrário, é precisamente uma consciência intensíssima, quase dolorosa, do Presente, que leva o romancista que sou a olhar na *direção* do Passado, não como um inalcançável refúgio, mas para conhecer mais e sobretudo para conhecer melhor. Não estou a dizer nada de original. No seu livro *O Mediterrâneo*, Fernand Braudel escreve, com a simplicidade de uma revelação, algumas linhas que resumem quanto aqui tenho dito: “A História não é outra coisa que uma constante interrogação dos tempos passados, em nome dos problemas, das curiosidades, e também das inquietações e angústias com que nos rodeia e cerca o tempo presente.”

“Observe-se como tal definição poderia ser transportada, palavra por palavra, para o Romance. Direi igualmente que o *romance histórico*, também ele, “não é outra coisa que uma constante interrogação dos tempos passados, em nome dos problemas, das curiosidades, e também das inquietações e angústias com que nos rodeia e cerca o tempo presente”. Assim sendo, História e Romance seriam tão-somente expressões da mesma inquietação dos homens, os quais, como múltiplos Janos bifrontes, voltados a uma e a outra parte, e do mesmo modo que tentam desvendar o oculto rosto do Futuro, teimam em procurar, na impalpável névoa do Tempo, um Passado que constantemente se lhes escapa e que hoje, talvez mais do que nunca, queriam integrar no Presente que ainda são.

Benedetto Croce escreveu um dia: “Toda a História é história contemporânea.” É também à luz destas palavras reveladoras que tenho vindo a realizar o meu trabalho de escritor, embora esteja pronto a reconhecer que o Mestre merecia um aluno mais capaz e que a lição teria o direito de esperar frutos mais saborosos.